



RESPONSABILIDADE SOCIAL EM PEQUENAS EMPRESAS: EFEITO SOBRE A DESIGUALDADE SOCIAL

Elis Regina Mulinari Zanin

Mestre pela Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB
Professora na Universidade do Oeste de Santa Catarina
elis.zanin@unoesc.edu.br

Iara Regina Dos Santos Parisotto

Doutora em Administração pela Universidade Nove de Julho – UNINOVE
Professora do Programa de Pós-Graduação em Administração - PPGA - FURB
iaraparisotto@furb.br

RESUMO

O objetivo deste estudo é avaliar os efeitos das ações de Responsabilidade Social Empresarial (RSE), praticadas nas pequenas empresas, sobre a desigualdade social. De modo geral, as pesquisas sobre RSE tem se concentrado quase que exclusivamente nas grandes corporações, fato que justifica a importância deste estudo. Os argumentos teóricos propostos por Carroll (1991) sobre RSE foram considerados como base para o estudo, em que foram testadas seis hipóteses de pesquisa, considerando os efeitos das dimensões de RSE, tamanho e experiência da empresa. Para tanto, coletou-se um total de 66 questionários respondidos por empresas do setor da indústria de transformação de São Miguel do Oeste (SC). Com base nas análises fatoriais e na regressão linear múltipla foram testadas 21 ações de RSE relacionadas com a desigualdade social. Vale ressaltar que a responsabilidade econômica da empresa, bem como o cumprimento irrestrito a legislação não produzem efeitos sobre a desigualdade social. Evidencia-se que o comportamento ético e a promoção de ações filantrópicas pelas pequenas empresas produzem efeitos na desigualdade social. Ainda, os efeitos das ações de RSE sobre a desigualdade social são moderados pelo tamanho de empresa, contudo não apresentam moderação pela variável de controle experiência de empresa.

Palavras-chave: Desigualdade social; Pequenas empresas; Responsabilidade social empresarial.

SOCIAL RESPONSIBILITY IN SMALL BUSINESS: EFFECT ON SOCIAL INEQUALITY

ABSTRACT

The aim of this study is to evaluate the effects of the actions of Corporate Social Responsibility (CSR), practiced in small business, on social inequality. In general, research on CSR has focused attention almost exclusively to large corporations, which justifies the importance of this study. The theoretical arguments proposed by Carroll (1979, 1991) on CSR were considered as the basis for the study in six research hypotheses were tested, considering the effects of CSR dimensions, size and experience of the company. To this, were collected 66 questionnaires in companies in the manufacturing industry sector of São Miguel do Oeste (SC). From factor analysis and multiple linear regression, CSR actions related to social inequality were tested. It is noteworthy that the economic responsibility of the company as well as unrestricted observation of the laws have no effect on social inequality. Was evidenced that ethical behavior and promotion of philanthropic actions produce effects on social inequality. Still, the effects of CSR actions on social inequality are moderated by size of firm, yet, show no restraint by the variable experience company control.

Key words: Corporate social responsibility; Small business; Social inequality.



1 INTRODUÇÃO

A RSE vem se destacando devido a sua proposta de aproximar as ações das empresas com as demandas sociais, ambientais e econômicas da sociedade. Para Carroll (1991), a RSE é apresentada como o engajamento da empresa com as responsabilidades econômicas, legais, éticas e filantrópicas do negócio, considerando as expectativas da sociedade. As empresas precisam ter o entendimento dos motivos que as levam à prática de RSE, visto que as mesmas operam em comunidades ou segmentos sociais (Carroll, 1991).

Nesta relação das empresas com o desafio da RSE, surgem os esforços em organizações de diferentes portes, com destaque, neste trabalho, para as pequenas empresas. O perfil das pequenas empresas difere das grandes empresas não só em termos de acesso aos recursos, mas no que diz respeito a outros aspectos de natureza estrutural, social e funcional (Russo & Perrini, 2010, Perrini, Russo, & Tencati, 2007, Jenkins, 2006). Ainda, conforme destaca Jenkins (2006), a ação coletiva destas pequenas empresas tende a contribuir significativamente para a sociedade.

Ao considerar a empresa como agente transformador da sociedade em que está inserida, parece oportuno analisar a relação existente entre empresas e as vantagens e desvantagens relativas que as pessoas têm. Na pequena empresa, a relação organização comunidade tende a ser mais próxima e personalizada, visto que o campo de atuação de uma pequena empresa, geralmente, é local. Além disso, essas empresas contribuem para o desenvolvimento econômico e social. Dados apresentados pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae, 2013) mostram que as pequenas empresas chegam à representação de 99% das empresas brasileiras, responsáveis pela absorção de 60% da mão de obra e por, aproximadamente, 20% do Produto Interno Bruto (PIB) do país.

De acordo com Sen (2010), o desenvolvimento adequado significa ir além do viés puramente econômico, é preciso considerar que as características sociais, culturais e políticas são pressupostos para o avanço na qualidade de vida das pessoas. Apesar de se reconhecer que crescimento econômico é uma condição necessária, ela não se constitui em condição suficiente para a redução da pobreza e da desigualdade social (Milani, 2003).

Neste contexto, as diversas formas de desigualdade social surgem como entrave para o adequado desenvolvimento. Conforme Sen (2001, 2010), a desigualdade social deve ser considerada em diversas variáveis, como desigualdade de nascimento, de vivência em ambientes naturais diferentes, de convivência em sociedade, de diversidades pessoais, de disparidades na riqueza, bem como, assimetrias no poder e nas oportunidades políticas, sociais e econômicas. Assim se faz o seguinte questionamento: Quais os efeitos das ações de RSE, praticadas nas pequenas empresas, sobre a desigualdade social?

Procurando responder a essa questão, esse trabalho tem como objetivo geral avaliar os efeitos das ações de RSE, praticadas nas pequenas empresas, sobre a desigualdade social.

A maioria das pesquisas sobre RSE, até o presente momento, centrou a atenção quase que exclusivamente, nas grandes corporações. Assim, a RSE em pequena empresa é ainda pouco explorada e merece atenção (Vázquez-Carrasco & López-Pérez, 2013).

Esse artigo encontra-se estruturado em cinco seções, sendo a primeira a presente introdução. Na segunda, apresenta-se a revisão de literatura sobre RSE, pequenas empresas e desigualdade social. Na terceira, é apresentado o delineamento metodológico. Na quarta, é mostrada a análise dos resultados quanto às dimensões de RSE sobre a desigualdade social, bem como as avaliações das hipóteses de pesquisa. Por fim, são apresentadas as considerações finais.

2 PIRÂMIDE DE RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL DE CARROLL

A pirâmide da RSE, proposta por Carroll (1991), começa com a noção de bloco de construção básico, considerando que o desempenho econômico sustenta os demais componentes. Este é o principal argumento de Carroll (1991) ao propor o modelo. Ao mesmo tempo, o negócio deverá obedecer à lei porque a lei é a codificação do comportamento aceitável pela sociedade.



Em seguida, Carroll (1991) destaca que é responsabilidade da empresa ser ética em seu nível mais fundamental, isto é a obrigação de fazer o que é certo, justo e honesto, a fim de evitar ou minimizar os danos às partes interessadas (empregados, consumidores, meio ambiente e outros). Finalmente é esperado do negócio que seja um bom cidadão corporativo. Isso é resgatado da responsabilidade filantrópica, no qual os negócios devem contribuir com recursos financeiros e humanos para melhorar a qualidade de vida da comunidade (Carroll, 1991).

Para Carrol (1991), a RSE total dos negócios compreende componentes distintos, os quais, tomados em conjunto, constituem o todo. Embora esses componentes tenham sido tratados como conceitos distintos para fins de discussão, eles não são mutuamente excludentes e não se destinam a justapor as responsabilidades econômicas da empresa. Ao mesmo tempo, uma consideração dos componentes separados ajuda o gerente a identificar os diferentes tipos de obrigações, e ambos estão em uma tensão constante, porém dinâmica entre si (Carroll, 1991).

De forma geral, Carroll (1991) indica um grupo genérico de partes interessadas na empresa, formado por proprietários/acionistas, clientes, empregados, comunidade, concorrentes, fornecedores, grupos de ativistas sociais, público em geral, entre outros, sendo definidas aquelas que são prioritárias, de acordo com os objetivos de cada organização.

Em resumo, a proposta de Carroll (1991) é que a total responsabilidade social das empresas implica na realização simultânea de responsabilidades econômicas, legais, éticas e filantrópicas. Em termos pragmáticos e gerenciais, a empresa socialmente responsável deve se esforçar para ter lucro, obedecer à lei, ser ética e ser um bom cidadão corporativo.

2.1 Pequenas Empresas e RSE

Vázquez-Carrasco e López-Pérez (2013) fizeram uma revisão sistemática da literatura internacional sobre o quadro teórico da RSE, no contexto das pequenas empresas, nas principais revistas de gestão de pequenas empresas e revistas relacionadas à RSE, cujos resultados revelaram maior concentração de publicações de RSE relacionadas aos pequenos negócios, nas revistas voltadas à RSE. Vale destacar que a referência mais antiga, a RSE em contextos PME, remonta a 2006, enquanto 65% de todas as referências ao conceito são a partir de 2009 ou posterior. A análise metodológica feita pelos autores revelou uma prevalência de estudos conceituais, complementada por pesquisa qualitativa.

Inyang (2013) relata que grande parte da literatura acadêmica sobre RSE está focada em estudos realizados em grandes organizações empresariais. O autor sustenta que, atualmente, pouca literatura está disponível para melhorar a nossa compreensão sobre o papel desempenhado pelas PMEs na RSE. No entanto, em seu trabalho de revisão bibliográfica sobre o tema, evidencia que esta tendência está mudando.

Russo e Tencati (2009) e Murillo e Lozano (2006) destacam que o fator humano é percebido mais claramente nas pequenas empresas do que nas grandes empresas. Outros aspectos que foram observados em pequenas empresas dizem respeito à predominância de relações informais e fluidez na comunicação (Perrini et al., 2007 & Jenkins, 2006).

Na leitura de Vázquez-Carrasco e López-Pérez (2013), é possível verificar que vários autores, tais como Preuss e Perschke (2010), Jamali, Zanhour e Keshishian (2009), Perrini et al. (2007) e Jenkins (2006), apontam que este tipo de gestão "mais humano" está enraizado na personalidade da gestão e intimamente ligado a intuição do proprietário/gerente e/ou estrutura de valores. Assim, um maior grau de honestidade e integridade pode ser assumido por esse tipo de empresa, tendo em vista que as ações de pequenas empresas não tendem a se voltar apenas para o cumprimento de objetivos puramente econômicos ou geração de lucros (Baden, Harwood, & Woodward, 2011, Russo & Perrini, 2010 & Sarbutts, 2003). Jamali et al. (2009) observaram que os próprios gestores de pequenas empresas optam por não divulgarem suas ações de RSE, uma vez que o objetivo das ações é filantrópico por natureza e visa à satisfação pessoal.

Vázquez-Carrasco e López-Pérez (2013) também observaram, em vários estudos analisados, que as pequenas empresas tendem a estabelecer laços mais estreitos com as comunidades locais,



bem como, têm promovido “RSE em silêncio” (Russo & Tencati, 2009, Jenkins, 2006 & Perrini, 2006).

No que tange a relação com as partes interessadas, é possível compreender que as pequenas empresas tendem a prestar mais atenção à satisfação das partes interessadas internas, especialmente os funcionários, enquanto nas grandes corporações o foco é mais externo (Darnall, Henriques & Sadorsky, 2010 & Jamali et al., 2009).

As contribuições relacionadas com a RSE, ligadas ao contexto de pequenas empresas, foram definidas como não sistemáticas, não estruturadas, informais e estão inseridas na estratégia global da organização (Russo & Tencati, 2009).

Este tipo de empresa, de acordo com Baumann-Pauly, Wickert, Spence e Scherer (2012), possui várias características organizacionais que são favoráveis para promover a implementação interna das práticas relacionadas com a RSE, porém restringe a comunicação externa e elaboração de relatórios sobre RSE e salienta que as ações de implementação de RSE não são determinadas pelo tamanho da empresa.

A literatura recente mostra que as pequenas empresas são motivadas por influências internas e externas para realizar RSE ao longo das dimensões de desenvolvimento da comunidade, iniciativas relacionadas com o emprego, consumismo, gestão ambiental e cadeia de suprimentos. (Inyang, 2013).

O autor sustenta que benefícios são encontrados no engajamento de RSE em pequenas empresas, tais como melhoria nas relações com a comunidade, lealdade, satisfação dos funcionários, crescimento dos negócios e da rentabilidade. Salienta que pequenas empresas enfrentam desafios para a adoção e implementação de iniciativas de RSE, e que esses desafios podem ser amenizados por meio de aumento de recursos em programas de treinamento e desenvolvimento e de intervenção governamental na criação de estratégias, incentivos e melhoria nos serviços de apoio às pequenas empresas (Inyang, 2013).

Coppa e Sriramesh (2013), em pesquisa qualitativa em pequenas empresas italianas, relatam atuação de RSE principalmente por meio de métodos informais, com pouca evidência de abordagem estratégica do tema, sendo raro encontrar empresas com orçamento ou área específica para RSE. Na Colômbia, estudos de Pastrana e Sriramesh (2014) evidenciam práticas de RSE e mencionam que por aspectos culturais e contextuais do país, as práticas de RSE nas pequenas empresas são tratadas informalmente e que a comunicação da RSE é realizada por meio de reuniões com os funcionários ou por meio de “boca a boca”. Salienta dificuldades, tais como incerteza econômica e a escassez de recursos, para a efetivação de práticas de RSE nas pequenas empresas colombianas.

Outro estudo descreve o contexto de pequenas empresas em Camarões. Os autores Demuijnck e Ngnodjom (2012) relatam que, além das questões de RSE, as pequenas empresas naquele país, precisam lidar com problemas comuns de desentendimentos tribais, sexistas, corrupção, empregados não declarados, fato inclusive encontrado em uma seguradora e em banco (o estado tem mecanismo para pagar seguro social de forma não oficial). Nesse contexto, a prática de RSE em pequenas empresas aborda questões relacionadas com a vulnerabilidade social (Demuijnck & Ngnodjom, 2012).

2.2 Desigualdade Social e RSE

A desigualdade apresenta-se como uma questão social a ser considerada no debate sobre a RSE. Nota-se que o conceito de desigualdade, nas literaturas econômica e social, está frequentemente vinculado à concentração e distribuição de renda das pessoas (Diaz, 2007). A desigualdade é um fenômeno que caracteriza diversos tipos de desenvolvimento entre nações e regiões do mundo e identifica-se como uma das causas principais da criação de pobreza (Diaz, 2007). Para facilitar a compreensão das definições propostas à desigualdade social, apresenta-se, na Figura 1, uma síntese da revisão da literatura existente, apresentando uma série de definições e ênfases dadas por diferentes autores sobre a desigualdade social.



| Definição da desigualdade | Autor |
|---|----------------------|
| Concentração e distribuição de renda | Díaz (2007) |
| Desigualdade natural ou física (idade, gênero, raça, saúde, forças do corpo e das qualidades do espírito e da alma). | Rousseau-1754 (2010) |
| Desigualdade moral ou política (diferentes privilégios como ser mais rico, mais honrado, mais poderoso). | |
| Divisão de classes sociais. | Schumpeter (1961) |
| Existência de normas de comportamento que se encontram associadas com sanções. Desigualdade relacionada ao poder. | Dahrendorf (1992) |
| Associada ao destino arbitrário de ter nascido em um país e não em outro. | Sorj (2004) |
| Diversas possibilidades de acesso a bens e serviços e a possibilidade de o sujeito ser reconhecido e ouvido. | Murillo (2007) |
| Nascimento (com diferentes dotações de riqueza e responsabilidades herdadas). Vivência em ambientes naturais diferentes (alguns mais hostis que outros). Convivência em sociedade (que oferecem diferentes oportunidades quanto ao que o ser humano pode ou não fazer). Diversidades pessoais (idade, sexo, raça, aptidões físicas e mentais e capacidade intelectual). Disparidades na riqueza. Assimetrias no poder e nas oportunidades políticas, sociais e econômicas. | Sen (2001, 2010) |
| Desigualdade no acesso aos serviços de saúde, educação, acesso ao crédito e as tecnologias avançadas. Desigualdade de oportunidade | Kliksberg (2010) |

Figura 1: Síntese das definições da desigualdade social

Fonte: Dados da pesquisa

A RSE é defendida por Kliksberg (2010) como uma saída para a crise das desigualdades e da pobreza. A sociedade espera que as empresas inicialmente garantam condições dignas de trabalho, remuneração justa, possibilidades de progresso e capacitação, eliminação da discriminação sexual e promoção do equilíbrio família-empresa. Nesse aspecto, a RSE exerce papel fundamental na superação destas questões sociais, cujas ações das empresas devem permear o âmbito econômico, legal, ético e filantrópico (Carrol, 1991 & Kliksberg, 2010).

Com base na pesquisa de Demuijnck e Ngnodjom (2012) sobre RSE em pequenas empresas, evidencia-se que, ao contrário do que ocorre com economias desenvolvidas, onde a RSE se concentra em questões ambientais e comércio justo, em economias subdesenvolvidas, essa temática aborda desafios de desenvolvimento socioeconômico, tais como cuidados com a saúde e a redução da pobreza. Nota-se, portanto, que questões relacionadas à desigualdade social podem ser observadas no âmbito da RSE em pequenas empresas.

3 MÉTODO DE PESQUISA

Essa pesquisa caracteriza-se como descritiva, com abordagem quantitativa e, como procedimento, foi utilizado levantamento ou *survey*, por se tratar de coleta de dados primários de indivíduos, cujos dados variam entre opiniões, atitudes e características de grande número de empresas (Hair, Badin, Money & Samouel, 2005). O questionário foi aplicado no período de 13 a 29 de janeiro de 2014.

Esta pesquisa delimitou-se em investigar atitudes e comportamentos de gestores de pequenos negócios pertencentes ao setor da indústria de transformação, estabelecidos no município de São Miguel do Oeste (SC). A escolha do município se deu em razão de ser município polo da região no qual está localizado. Para definição dos subsetores investigados, tomaram-se por parâmetro os dados do Relatório Anual de Informações Sociais (Rais). A população total desta pesquisa foi constituída pelo número total de estabelecimentos (273) cadastrados no Ministério do Trabalho e Emprego (TEM). A amostra foi constituída por 66 empresas deste grupo e todas responderam os questionários. A amostra da pesquisa corresponde a 24,17% das empresas industriais do município do estudo.

Com relação ao número de respondentes, Wolins (1995) defende que não é necessária uma amostra mínima para efetuar uma análise fatorial com um determinado número de variáveis. Outros autores, tais como Barrett e Kline (1981) e MacCallum et al. (1999), também consideram que a



qualidade de uma análise fatorial está largamente relacionada com o grau de sobredeterminação (*overdetermination*) dos fatores obtidos, ou seja, o grau em que um fator é claramente representado por um número suficiente de itens e pelo nível das suas cargas fatoriais e comunalidades.

Para delimitação do porte da empresa, foi considerada uma associação de critérios quantitativos e qualitativos. Como quantitativo, adotou-se o critério de classificação de porte de empresa apresentado pelo Sebrae (2013) que leva em consideração o faturamento e número de colaboradores. Como critério qualitativo, consideram-se as características apresentadas por Gonçalves e Koprowski (1995) e Morelli (1994): o uso do trabalho próprio ou de familiares; não possuir administração especializada fora da empresa; não pertencer a grupos financeiros e econômicos; não possuir produção de escala; a existência de relacionamento pessoal entre administrador; empregados e fornecedores; a existência de relações externas e internas de tipo essencialmente pessoal; a forma e o grau de concorrência; a existência de participação direta do proprietário no processo de produção; a comercialização e/ou a prestação de serviços.

Os dados foram coletados por meio de questionário estruturado com questões fechadas, desenvolvidas por meio do constructo de pesquisa, e seguiram a escala *Likert*, variando entre 1 – Nunca a 7 – Sempre e 1 – Sem Importância a 7 – Extremamente Importante. Neste sentido, buscou-se verificar a frequência com que são realizadas as ações de RSE, relacionadas com a desigualdade social, além de verificar a importância declarada pelas empresas com relação às quatro dimensões de RSE do modelo de Carroll (1991): dimensão econômica, legal, ética e filantrópica. Inicialmente, realizou-se um pré-teste com três empresas pertencentes à população de estudo, as quais responderam o questionário on-line.

Todos os questionários foram considerados válidos, pois todas as questões foram respondidas. Os dados foram tabulados em planilha eletrônica e analisados por meio de métodos de estatística descritiva, análise fatorial e de regressão linear múltipla (Hair et al., 2005). As análises foram efetuadas com auxílio do *software* estatístico *Statistical Package for the Social Sciences* [SPSS 20.0].

Nesta pesquisa, o questionário era composto por quatro variáveis dependentes, considerando as dimensões de RSE do modelo de Carroll (1991) e 21 variáveis independentes, constituídas das ações de RSE relacionadas à Desigualdade Social, além de duas variáveis de controle.

A análise de regressão linear múltipla foi utilizada para verificar os efeitos das ações de RSE (D1 a D21) na desigualdade social, a fim de verificar as ações que melhor explicam a importância declarada pelas empresas quanto às dimensões de RSE (P1 a P4). Por fim, foi realizada análise de regressão linear múltipla, considerando, como variáveis de controle, o tamanho e a experiência de empresa.

3.1 Modelo de pesquisa

O primeiro componente do modelo (Figura 2) incide nas ações de responsabilidade econômica da empresa, que é a base para as demais responsabilidades (Carroll, 1991).

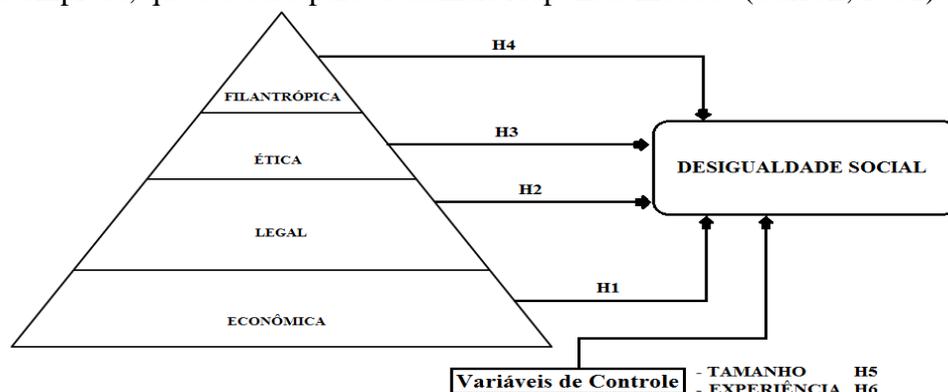


Figura 2. Modelo de pesquisa
Fonte: Os autores



O segundo elemento do modelo, constitui-se das responsabilidades legais da empresa, que é composta pela conduta coerente com a legislação vigente, pela conformidade com regulamentações federais, estaduais e municipais, pelo respeito aos direitos das partes interessadas, e pelo fornecimento de bens e serviços que atendam os requisitos legais (Carroll, 1991).

O terceiro item do modelo abrange a responsabilidade ética do negócio, definido por Carroll (1991) como cumprimento e respeito às normas éticas da sociedade, ser um cidadão corporativo e manter a integridade e o comportamento ético que vai além do cumprimento das normas. Como último elemento do modelo de pesquisa, apresenta-se a responsabilidade filantrópica, composta pela dedicação voluntária de gerentes e colaboradores em prol de carências da comunidade em que a empresa encontra-se inserida, além da assistência a instituições de ensino, a entidades culturais e esportivas e outros projetos que visam à melhoria na qualidade de vida de uma comunidade (Carroll, 1991). Para completar o modelo de pesquisa, foram incluídas duas variáveis de controle, considerando o porte da empresa (tamanho) e o tempo de empresa (experiência).

3.1.1 Hipóteses e variáveis da pesquisa

O foco no desempenho social enfatiza a preocupação da empresa com a ação corporativa e realização na esfera social. Com uma perspectiva de desempenho, as empresas devem formular, implementar programas e metas sociais, bem como integrar a ética em todas as decisões, políticas e ações (Carroll, 1991). Ainda, baseado na evidência de Demuijnck e Ngnodjom (2012) sobre RSE em pequenas empresas, em que a RSE tem foco nos desafios de desenvolvimento socioeconômico, tais como cuidados com a saúde e a redução da pobreza, apresentam-se as hipóteses desse estudo: H_1 – A responsabilidade econômica da pequena empresa contribui para a redução da desigualdade social; H_2 – Pequenas empresas que cumprem irrestritamente a legislação apresentam maior contribuição à redução da desigualdade social; H_3 – O comportamento ético das pequenas empresas impacta na redução da desigualdade social; H_4 – A promoção de ações filantrópicas pela pequena empresa proporciona redução à desigualdade social.

Procurando compreender se o tamanho e a experiência da empresa têm efeitos nas ações de RSE, apresentam-se as hipóteses: H_5 – O efeito das ações de RSE sobre a desigualdade social é moderado pelo tamanho da empresa e H_6 – O efeito das ações de RSE sobre a desigualdade social é moderado pela experiência da empresa.

A Figura 3 apresenta as quatro variáveis dependentes derivadas do modelo de Carroll (1991), questionadas de forma isolada e agrupadas em dois fatores após análise fatorial.

| Código Variável | Descrição da Variável | Agrupamento de variáveis por análise fatorial |
|-----------------|--|---|
| P1 | P1 - É importante realizar as tarefas de forma coerente com as expectativas dos costumes da sociedade e normas éticas. | Ética/Filantrópica |
| P2 | P2 - É importante ajudar voluntariamente aqueles projetos que melhoram a "qualidade de vida" de uma comunidade. | |
| P3 | P3 - É importante estar empenhado com a maximização dos lucros e manter uma posição competitiva. | Econômica/Legal |
| P4 | P4 - É importante estar em conformidade com diversos regulamentos federais, estaduais e locais. | |

Figura 3. Variáveis dependentes

Fonte: Dados da pesquisa

Para composição das variáveis independentes (Figura 4), foram consideradas as definições de desigualdade social propostas pelos autores Rosseau (2010), Sen (2001, 2010), Sorj (2004), Díaz (2007), Murillo (2007) e Kliksberg (2010).



| | |
|-----|---|
| D1 | Incentiva e apoia os colaboradores a tornarem-se donos de um negócio próprio |
| D2 | Prefere contratar colaboradores do gênero masculino |
| D3 | Cria oportunidade de crescimento profissional para os colaboradores |
| D4 | Investe em programas sociais que visam a geração de renda para famílias carentes |
| D5 | Preocupa-se com as condições de vida dos colaboradores |
| D6 | Contrata apenas pessoas com experiência profissional na área |
| D7 | Proporciona atividades laborais com colaboradores para promover o cuidado com a saúde física |
| D8 | Destina recursos financeiros para projetos sociais |
| D9 | Apoia projetos educacionais na comunidade |
| D10 | Incentiva os colaboradores a buscar o equilíbrio financeiro pessoal |
| D11 | Possui plano de saúde para colaboradores |
| D12 | Destina vagas de trabalho para pessoas portadoras de necessidades especiais |
| D13 | Contrata pessoas independentemente do local em que estas residam (Bairro, centro, interior, favela, outro país ...) |
| D14 | Incentiva os colaboradores a buscar a formação escolar independentemente da idade |
| D15 | Considera a idade fator determinante na contratação de colaboradores |
| D16 | Leva em consideração a posição social dos clientes |
| D17 | A raça ou etnias é fator determinante no momento da contratação |
| D18 | Oferece vagas de estágio |
| D19 | Considera a crença religiosa fator determinante na contratação de colaboradores |
| D20 | Considera o status ou a posição social na escolha de fornecedores |
| D21 | Incentiva os colaboradores a buscar formação complementar |

Figura 4: Variáveis independentes

Fonte: Dados da pesquisa

Considerando o grande número de variáveis (21 ações de RSE), as variáveis independentes também foram condicionadas à análise de redução de fatores, com a finalidade de facilitar a compreensão dos dados. Os quatro fatores derivados da análise fatorial foram renomeados em: desigualdade de oportunidade (Sen, 2010 & Kliksberg, 2010), desigualdade de acesso (Murillo, 2007 & Kliksberg, 2010), desigualdade de nascimento e vivência (Rousseau, 2010 & Sen, 2001, 2010) e desigualdades pessoais e econômicas (Rousseau, 2010, Díaz, 2007 & Sen, 2001, 2010).

Para análises dos efeitos do tamanho e da experiência de empresas com relação desigualdade social, foram escolhidas as variáveis de controle. O uso de variáveis de controle permite avaliar se o tamanho (caracterizado pelo número de colaboradores) ou a experiência de empresa (caracterizada pelo tempo de existência, conforme ano de fundação) geram efeitos sobre a importância declarada pelas empresas quanto às dimensões de RSE. Estas variáveis foram escolhidas por considerar que, embora as empresas possuam características em comum, alguns fatores podem moderar as ações de RSE quanto à desigualdade social.

4 EFEITOS DAS AÇÕES DE RSE COM RELAÇÃO À DESIGUALDADE SOCIAL

O processo de identificação das ações de SER, com efeitos sobre a desigualdade social, se iniciou com a análise fatorial, cujo objetivo essencial foi de reduzir as variáveis e identificar grupos de variáveis que mais se aproximavam com os tipos de desigualdades sociais apresentadas na fundamentação teórica (Hair et al., 2005).

O procedimento para análise fatorial foi desenvolvido em duas etapas. Inicialmente, realizou-se a análise do grupo de variáveis que representa o grau de importância declarada pelas empresas com relação às quatro dimensões de RSE (Econômica, Legal, Ética e Filantrópica) propostas por Carroll (1991). A segunda etapa consistiu-se da análise das variáveis relacionadas com as ações de RSE quanto à desigualdade social (D1 a D21).

Por meio da aplicação fatorial, verificou-se que o coeficiente de *Kaiser-Meyer-Olkin Measure of Sampling Adequacy* [KMO] foi atendido nos dois grupos de variáveis analisados, Econômica, Legal, Ética e Filantrópica – medida KMO = 0,550; qui-quadrado aproximado 17,423 e significância 0,0081, enquanto o grupo de variáveis D1 a D21 apresentou medida KMO = 0,709; qui-quadrado aproximado 488,059 e significância 0,0001, indicando poder regular de explicação dos dados a partir dos fatores encontrados.



O método da extração de fatores empregado neste estudo foi de análise dos componentes principais. Os indicadores das comunalidades das variáveis, que representam o grau de importância declarada pelas empresas com relação às quatro dimensões de RSE (Econômica, Legal, Ética e Filantrópica), demonstraram que apenas uma das médias (P1 – é importante realizar as tarefas de forma coerente com as expectativas dos costumes da sociedade e normas éticas (0,591)) dos valores das extrações está abaixo de (0,6), constituindo ainda bom poder de explicação do modelo (Hair et al., 2005).

Os indicadores das comunalidades das variáveis relacionadas com as ações de RSE quanto a Desigualdade Social demonstraram que apenas a variável D11, que possui plano de saúde para colaboradores (0,557), dos valores das extrações, está abaixo de (0,6), constituindo um alto poder de explicação do modelo (Hair et al., 2005).

Para a definição do número de fatores, considerou-se inicialmente o critério de raiz latente, também conhecido como autovalor (Hair et al., 2005). Posteriormente, foi observada a sustentação teórica correta para cada grupo de fatores derivados da extração fatorial. A meta básica foi derivar um conjunto de fatores que são teoricamente significativos e relativamente fáceis de interpretar, explicando o máximo possível da variância original (Hair et al., 2005). Também foi aplicada a rotação ortogonal com base no procedimento Varimax (Hair et al., 2005).

No primeiro modelo de análise, referente às variáveis de importância declarada (P1, P2, P3 e P4), foram extraídos dois fatores que atingem a explicação de 66,65%, considerando que uma solução fatorial deve explicar um mínimo de 60% da variância total (Hair et al., 2005). O fator 1 explica 39,11% e o fator 2, 27,54% da mesma variância, demonstrando alto poder de explicação em relação aos fatores.

No modelo de análise das variáveis relacionadas com as ações de RSE quanto a desigualdade social foram extraídos 7 grupos. No entanto, considerando a significância teórica dos componentes de cada variável agrupada, de acordo com a teoria sobre desigualdade social, foi considerado um número fixo de fatores igual a 4 para este modelo, assim distribuídos: Fator 1 – Desigualdade de Oportunidade; Fator 2 – Desigualdade de Acesso; Fator 3 – Desigualdade de Nascimento e Vivência e Fator 4 – Desigualdades Pessoais e Econômicas. Essa determinação se deu em razão dos quatro fatores serem mais facilmente sustentáveis e teoricamente corretos (Hair et al., 2005). Os quatro fatores apresentam razoável poder de explicação da variação total, atingindo 52,97%. O fator 1 explica 23,74% da variância total, na sequência, os fatores: 2, 3 e 4 explicam, sucessivamente, 12,18%, 9,350%, e 7,69% da mesma variância.

Para a extração dos fatores, inicialmente, procedeu-se a análise da matriz rotacionada para indicação dos componentes dos fatores a serem extraídos. Para se atingir significância, foram considerados os valores das cargas dos fatores superiores a 0,30, pois quanto maior o valor absoluto de cada carga, mais importante ela é na nomeação e interpretação de um fator (Hair et al., 2005). Na primeira análise fatorial, considerando as dimensões do modelo de Carroll (1991), o primeiro grupo é composto pelas dimensões Ética e Filantrópica e o segundo, composto pelas dimensões Econômica e Legal. Observa-se alta carga de fatores apontando que as variáveis de cada fator são muito importantes (carga de fator acima de 0,70).

Outra evidência observada, por meio da redução de dois fatores, aponta para o não conhecimento dos termos técnicos relacionados à RSE pelos gestores das pequenas empresas. Esta evidência parece corroborar com os apontamentos destacados por Jamali et al. (2009), de que os termos de RSE são geralmente técnicos, muitas vezes incompreensíveis e inacessíveis para gestão de pequenas empresas, uma vez que a linguagem usada por administradores de grandes empresas é mais acadêmico, formal e distante dos termos intuitivos usados pelos gestores de pequenas empresas.

Os componentes rotacionados das 21 variáveis (Figura 5) referentes às ações de RSE quanto a Desigualdade Social ficaram assim organizadas. O primeiro grupo de variáveis, composto por D1, D3, D4, D7, D8, D9, D12 e D18, foi denominado de desigualdade de oportunidade (Fator 1), observando os preceitos de indicados por Sen (2001, 2010). No segundo grupo, foram extraídas as



variáveis D5, D6, D10, D14 e D21, cuja denominação constituiu-se por desigualdade de acesso (Fator 2), considerando a proposição teórica indicada por Murillo (2007) e Kliksberg (2010).

No terceiro grupo de variáveis, denominado de desigualdade de nascimento e vivência (Fator 3), encontram-se as variáveis D13, D17 e D19, baseadas nos preceitos teóricos propostos por Rousseau (2010) e Sen (2001, 2010). Destaca-se a presença de carga negativa para a variável D13 (Contrata pessoas independentemente do local em que estas residem (Bairro, centro, interior, favela, outro país...), a qual se justifica, uma vez que quanto menos se contrata pessoas independentemente do local em que estas residem, maior o aumento da desigualdade social. De outro modo, as variáveis raça ou etnias e crença religiosa como fatores determinantes para a contratação quanto maior a escala mais aumenta a desigualdade social.

No quarto grupo, foram extraídas 5 variáveis (D2, D11, D15, D16 e D20), que foram agrupadas sob a denominação de desigualdades pessoais e econômicas (Fator 4), e vão ao encontro de Rousseau (2010), Díaz (2007) e Sen (2001, 2010). Na figura 5, é descrita a síntese dos agrupamentos.

| Fator / Teoria de Base | Carga de fatores | Variáveis agrupadas | Estatística de confiabilidade |
|---|--|--|---|
| Desigualdade de Oportunidade Teoria: Sen (2001, 2010) Kliksberg (2010) | 0,759 | D4 - Investe em programas sociais que visam a geração de renda para famílias carentes | 0,809 Explicação: A intensidade da associação entre as variáveis é muito boa, de acordo com Hair Jr. et al. (2005) |
| | 0,702 | D8 - Destina recursos financeiros para projetos sociais | |
| | 0,697 | D7 - Proporciona atividades laborais com colaboradores para promover o cuidado com a saúde física | |
| | 0,695 | D12 - Destina vagas de trabalho para pessoas portadoras de necessidades especiais | |
| | 0,677 | D9 - Apoia projetos educacionais na comunidade | |
| | 0,640 | D3 - Cria oportunidade de crescimento profissional para os colaboradores | |
| | 0,540 | D1 - Incentiva e apoia os colaboradores a tornarem-se donos de um negócio próprio | |
| Desigualdade de Acesso Teoria: Murillo (2007) e Kliksberg (2010) | 0,445 | D18 - Oferece vagas de estágio | 0,762 Explicação: A intensidade da associação entre as variáveis é boa, de acordo com Hair Jr. et al. (2005) |
| | 0,829 | D14 - Incentiva os colaboradores a buscar a formação escolar independentemente da idade | |
| | 0,783 | D21 - Incentiva os colaboradores a buscar formação complementar | |
| | 0,747 | D5 - Preocupa-se com as condições de vida dos colaboradores | |
| | 0,725 | D10 - Incentiva os colaboradores a buscar o equilíbrio financeiro pessoal | |
| Desigualdade de nascimento e vivência Teoria: Rousseau-1754 (2010) e Sen (2001, 2010) | 0,497 | D6 - Contrata apenas pessoas com experiência profissional na área | 0,684¹ Explicação: a intensidade da associação entre as variáveis é moderada, de acordo com Hair Jr. et al. (2005) |
| | 0,805 | D19 - Considera a crença religiosa fator determinante na contratação de colaboradores | |
| | 0,522 | D17 - A raça ou etnia é fator determinante no momento da contratação | |
| Desigualdades pessoais e econômicas Teoria: Rousseau-1754 (2010), Díaz (2007) e Sen (2001, 2010) | -0,769 | D13 - Contrata pessoas independentemente do local em que estas residem (bairro, centro, interior, favela, outro país...) | 0,585 Explicação: a intensidade da associação entre as variáveis é baixa, de acordo com Hair Jr. et al. (2005) |
| | 0,570 | D16 - Leva em consideração a posição social dos clientes | |
| | 0,497 | D15 - Considera a idade fator determinante na contratação de colaboradores | |
| | 0,574 | D20 - Considera o status ou a posição social na escolha de fornecedores | |
| | 0,466 | D11 - Possui plano de saúde para colaboradores | |
| 0,794 | D2 - Prefere contratar colaboradores do gênero masculino | | |

Figura 5. Redução de variáveis e estatística de confiabilidade

Fonte: Os autores

¹Na questão D13, foi invertida a escala para aplicar o teste de confiabilidade, uma vez que o Alfa de Cronbach com a escala normal indicou valor negativo = -0,827.



Na sequência aplicou-se a técnica estatística de análise de regressão múltipla, objetivando a análise da relação entre as dimensões de RSE (Ética/Filantrópica e Econômica/Legal) propostas por Carroll (1991) e as ações de RSE praticadas por pequenas empresas quanto a Desigualdade Social.

| Modelo | R | R quadrado | R quadrado ajustado | Erro padrão da estimativa | Constante |
|--------|-------|------------|---------------------|---------------------------|-------------|
| 1 | ,444a | ,197 | ,184 | ,903127 | -1,368E-016 |
| 2 | ,554b | ,307 | ,285 | ,845774 | |

Figura 6. Modelo de regressão para a variável dependente Ética/Filantrópica

Fonte: Dados da pesquisa

Nota: a. Previsores: (Constante), DesOportunidade

b. Previsores: (Constante), DesOportunidade, DesAcesso

O primeiro conjunto analisado, por meio da técnica de regressão múltipla (Figura 6), compreende os grupos de fatores extraídos da análise fatorial. Neste contexto, o escore do agrupamento da dimensão ética e da dimensão filantrópica (Ética/Filantrópica) representa a variável dependente e as variáveis independentes são constituídas pelos grupos de fatores extraídos da análise fatorial, considerando as ações de RSE quanto a desigualdade social (desigualdade de oportunidade, desigualdade de acesso, desigualdade de nascimento e vivência e desigualdades pessoais e econômicas). Por meio da análise de regressão simples, observou-se que as variáveis independentes, Desigualdade de Oportunidade e Desigualdade de Acesso têm forte capacidade de explicar a importância declarada quanto às dimensões Ética e Filantrópica, uma vez que possuem significância inferior a 0,05 e $\beta=0,444$ e $\beta=0,331$, respectivamente.

O modelo de regressão simples estimado indica que esta variável dependente (Ética/Filantrópica) apresenta uma constante de -1,368, ou seja, 13,68% da característica desta variável independente não será explicado por outra variável independente. No entanto, 30,70% ($R^2=0,307$) desta variável dependente serão explicados pelas variáveis independentes, Desigualdade de Oportunidade e Desigualdade de Acesso.

Verificou-se, de acordo com os coeficientes de regressão, que as ações de RSE relacionadas à Desigualdade de Oportunidade (D4 - Investe em programas sociais que visam a geração de renda para famílias carentes, D8 - Destina recursos financeiros para projetos sociais, D7 - Proporciona atividades laborais com colaboradores para promover o cuidado com a saúde física, D12 - Destina vagas de trabalho para pessoas portadoras de necessidades especiais, D9 - Apoia projetos educacionais na comunidade, D3 - Cria oportunidade de crescimento profissional para os colaboradores, D1 - Incentiva e apoia os colaboradores a tornarem-se donos de um negócio próprio, D18 - Oferece vagas de estágio) e relacionadas a Desigualdade de Acesso (D14 - Incentiva os colaboradores a buscar a formação escolar independentemente da idade, D21 - Incentiva os colaboradores a buscar formação complementar, D5 - Preocupa-se com as condições de vida dos colaboradores, D10 - Incentiva os colaboradores a buscar o equilíbrio financeiro pessoal, D6 - Contrata apenas pessoas com experiência profissional na área) exercem força positiva sobre a importância declarada por gestores das pequenas empresas com relação as dimensões Ética e Filantrópica.

Tal indicação converge com os argumentos teóricos de Russo e Tencatti (2009), Jenkins (2006), Perrini (2006) e Inyang (2013) de que as pequenas empresas tendem a estabelecer laços mais estreitos com as comunidades locais. Ainda, ao analisar as ações que compõe as variáveis independentes (Desigualdade de Oportunidade e Desigualdade de Acesso), nota-se elevada preocupação com as partes interessadas internas, especialmente, os colaboradores, corroborando com os preceitos teóricos de Darnall et al. (2010), Jamali et al. (2009) e Inyang (2013).

De outro modo, o resultado parece indicar que ações de RSE, nos níveis Ético e Filantrópico (Carroll, 1991), são praticadas em pequenas empresas, o que permite evidenciar que o modelo



apresentado por Carroll (1991) pode ser utilizado para discutir a RSE no contexto das pequenas empresas.

O segundo conjunto analisado, por meio da técnica de regressão múltipla, compreende os grupos de fatores extraídos da análise fatorial em que o escore do agrupamento da dimensão Econômica e da dimensão Legal (Econômica/Legal) representa a variável dependente e as variáveis independentes são constituídas pelos grupos de fatores extraídos da análise fatorial (Figura 7), considerando as ações de RSE quanto a desigualdade social (desigualdade de oportunidade, desigualdade de acesso, desigualdade de nascimento e vivência e desigualdades pessoais e econômicas).

| Modelo | R | R quadrado | R quadrado ajustado | Erro padrão da estimativa | Constante |
|--------|-------|------------|---------------------|---------------------------|-------------|
| 1 | ,154a | ,024 | -,040 | 1,019973 | -3,888E-016 |

Figura 7. Modelo de regressão para a variável dependente Econômica/Legal

Fonte: Dados da pesquisa

Nota: a. Previsores: (Constante), DesPessoaEcon, DesNascVivência, DesAcesso, DesOportunidade

Por meio da análise dos coeficientes, percebe-se que as variáveis independentes possuem índice de significância superior a 0,05, o que caracteriza baixo poder de explicação da variável dependente. O coeficiente β abaixo de 0,05 em 3 das 4 variáveis independente confirma a baixa capacidade de previsão do modelo. Apenas a variável Desigualdade Pessoal e econômica apresenta valor de β superior a 0,05. Considerando o valor do R quadrado (0,024), as variáveis dependentes explicam apenas 2,4% da variável dependente.

Verifica-se, pela análise de regressão, que o forte poder de explicação das ações de RSE sobre a importância declarada pelos gestores das pequenas empresas quanto as dimensões Ética e Filantrópica (P1 - realizar as tarefas de forma coerente com as expectativas dos costumes da sociedade e normas éticas e P2 - ajudar voluntariamente aqueles projetos que melhoram a qualidade de vida de uma comunidade) confirma a característica mais humana na gestão de pequenas empresas apontada por Preuss e Perschke (2010), Jamali et al. (2009), Perrini et al. (2007) e Jenkins (2006), os quais apontam que este tipo de gestão está intimamente ligada à intuição do proprietário/gerente e/ou estrutura de valores.

O baixo poder de explicação das dimensões Econômica e Legal pelas ações de RSE quanto a desigualdade social parece convergir com os apontamentos de Baden et al. (2011), Russo e Perrini, (2010) e Sarbutts (2003), em que esse tipo de empresa tende a assumir um nível maior de honestidade e integridade, uma vez que as ações de pequenas empresas não tendem a serem voltadas apenas para o cumprimento de objetivos puramente econômicos ou geração de lucros.

Estas constatações parecem favoráveis à hipótese de que as pequenas empresas tendem a gerar efeitos positivos quanto à redução da Desigualdade Social, por meio de ações de RSE. Contudo, as ações de RSE quanto à desigualdade social praticadas por pequenas empresas apresentam forte relação com a conduta ética dos gestores e realização de ações filantrópicas. Por outro lado, apresentam baixa relação com o cumprimento de legislação ou com o fato de as empresas manterem-se lucrativas. Esta constatação é percebida na pesquisa de Coppa e Sriramesh (2013), cujo resultado evidenciou que a RSE em pequenas empresas é realizada geralmente por métodos informais, com pouca evidência de abordagem estratégica do tema, e que raramente há orçamento disponível para investimento específico em RSE.

Entretanto, como contribuição teórica, é possível evidenciar que, para os gestores de pequenas empresas, ações voltadas ao cumprimento da legislação e para se manterem lucrativas não estão diretamente ligadas a RSE. Ou seja, os níveis da pirâmide de Carroll (1991) responsabilidade Econômica e Legal, não são plenamente compreendidos pelas pequenas empresas como parte integrante da RSE.



4.1 Efeitos do tamanho e da experiência de empresa sobre as ações de RSE com relação à desigualdade social

Visando complementar a compreensão dos efeitos das ações de RSE realizadas por pequenas empresas sobre a desigualdade social, realizaram-se análises de regressão linear, tendo como variáveis dependentes Ética/Filantrópica e Econômica/Legal, variáveis independentes desigualdade de oportunidade, desigualdade de acesso, desigualdade de nascimento e vivência e desigualdades pessoais e econômicas, considerando o porte de empresa e a experiência da empresa como variáveis de controle. Para este procedimento, a variável tamanho será expressa pelo número de empregados e a variável experiência, pelo ano de fundação. Inicialmente, foram geradas as análises de regressão considerando como variáveis dependente Ética/Filantrópica com as duas variáveis de controle. Por último, foram geradas as análises de regressão para a variável dependente Econômica/Legal.

Da mesma forma que na análise anterior, apenas as variáveis independentes Desigualdade de Oportunidades e Desigualdade de Acesso apresentaram capacidade de explicação da dimensão Ética/Filantrópica.

O grau de associação entre a variável dependente Ética/Filantrópica e as variáveis independentes é sensivelmente inferior quando considerada a experiência da empresa. No entanto, a diferença pode ser considerada insignificativa. Na sequência, foram rodadas as análises com a variável de controle Tamanho da empresa.

Ao considerar a variável de controle Tamanho de empresa, apenas a variável independente Desigualdade de Oportunidade apresenta capacidade de explicação da variável independente Ética/Filantrópica. As demais variáveis independentes apresentam significância superior a 0,05 e foram excluídas do modelo. Desta forma, compreende-se que as ações de RSE relacionadas com a desigualdade social indicam sinais menos visíveis de influência na importância declarada pelas empresas, enquanto dimensões Ética e Filantrópica de RSE, quando considerada a variável de controle Tamanho da empresa.

Ao observar os estudos existentes sobre RSE, nota-se que alguns autores, tais como Russo e Tencati (2009), definem as contribuições das pequenas empresas para a RSE como não sistemáticas, não estruturadas e informais na estratégia global da organização. Já outros autores evidenciaram que em grandes ambientes corporativos as contribuições de RSE são descritas como sistemáticas, planejadas, calculadas, quantificáveis e mensuráveis (Jamali et al., 2009). Contudo, este estudo evidencia que mesmo entre micro, pequenas e médias empresas pode haver diferenças nas contribuições de RSE.

Na sequência, foram geradas as análises de regressão considerando a variável dependente Econômica/Legal. As variáveis independentes, constituídas por ações de RSE relacionadas à desigualdade social, não apresentam capacidade de explicação da importância declarada pelas empresas quanto às dimensões econômica e legal, mesmo que submetidas a variável de controle Experiência da empresa.

No entanto, ao considerar a variável de controle Tamanho de empresa, é possível verificar que a variável independente Desigualdade Pessoal e Econômica indica maior poder de explicação para a importância declarada pelas empresas quanto às dimensões econômica e legal de RSE, em razão do índice de R^2 (0,112) e do grau de significância (0,006).

Desta forma, é possível constatar que as ações relacionadas com as desigualdades pessoais e econômicas, D16 (Leva em consideração a posição social dos clientes), D15 (Considera a idade fator determinante na contratação de colaboradores), D20 (Considera o status ou a posição social na escolha de fornecedores), D11 (Possui plano de saúde para colaboradores) e D2 (Prefere contratar colaboradores do gênero masculino), são ponderadas pelo tamanho de empresa.

Do mesmo modo, este resultado vai de encontro aos preceitos de Baumann-Pauly et al. (2012), que indicam que a implementação de ações de RSE não é influenciada diretamente pelo tamanho da empresa. Ressalta-se, portanto, a necessidade de aprofundar a investigação da RSE nos diferentes portes de empresas, a fim de compreender as diferenças de contribuições e os diversos aspectos que exercem influência sobre a RSE no contexto empresarial.



4.2 Avaliação das hipóteses e dos resultados

Foram testadas seis hipóteses de pesquisa, por meio das análises, conforme se observa na Figura 8. As análises efetuadas anteriormente não apresentaram evidências que confirmam a hipótese 1 (A responsabilidade econômica da pequena empresa contribui para a redução da desigualdade social) e a hipótese 2 (Pequenas empresas que cumprem irrestritamente a legislação apresentam maior contribuição à redução da desigualdade social), uma vez que as variáveis independentes derivadas da análise fatorial (Desigualdade de Oportunidade, Desigualdade de Acesso, Desigualdade de Nascimento e Vivência e Desigualdade Pessoal e Econômica) apresentaram baixo poder de explicação destas dimensões de RSE (Econômica e Legal).

| Hipóteses | Resultado |
|---|--------------------------|
| Hipótese 1 – A responsabilidade econômica da pequena empresa contribui para a redução da desigualdade social. | Não apresenta evidências |
| Hipótese 2 – Pequenas empresas que cumprem irrestritamente a legislação apresentam maior contribuição à redução da desigualdade social. | Não apresenta evidências |
| Hipótese 3 – O comportamento ético das pequenas empresas impacta na redução da desigualdade social. | Há evidências |
| Hipótese 4 – A promoção de ações filantrópicas pela pequena empresa proporciona redução à desigualdade social. | Há evidências |
| Hipótese 5 – O efeito das ações de RSE sobre a desigualdade social é moderado pelo tamanho da empresa. | Há evidências |
| Hipótese 6 – O efeito das ações de RSE sobre a desigualdade social é moderado pela experiência da empresa. | Não apresenta evidências |

Figura 8: Síntese das hipóteses e dos resultados

Fonte: Dados da pesquisa

Esta constatação confirma o resultado das análises de correlação, das quais surgiram poucos atributos (D1 a D21) com capacidade de explicação das dimensões Econômica e Legal. Pode-se concluir, por um lado, que o cumprimento das responsabilidades econômicas e legais é considerado pelos empresários como fator indispensável para a manutenção das atividades da empresa. Por outro, há evidência que para a pequena empresa as responsabilidades econômicas e legais parecem não estar relacionadas com a RSE.

Com relação à hipótese 3 (O comportamento ético das pequenas empresas impacta na redução da desigualdade social) e a hipótese 4 (A promoção de ações filantrópicas pela pequena empresa proporciona redução à desigualdade social), observa-se que o modelo de pesquisa apresenta efeitos positivos quanto a desigualdade social, visto que os dados apresentaram forte poder de explicação das ações de RSE sobre as dimensões Ética e Filantrópica.

Estes resultados confirmam os apontamentos de Preuss e Perschke (2010), Jamali et al. (2009), Perrini et al. (2007) e Jenkins (2006), de que a gestão das pequenas empresas está intimamente ligada a intuição do proprietário/gerente e/ou estrutura de valores, e que este tipo de empresa tende a assumir um maior grau de honestidade e integridade, cujas ações não tendem a serem voltadas apenas para o cumprimento de objetivos puramente econômicos ou geração de lucros, conforme apontam Baden et al. (2011), Russo e Perrini, (2010) e Sarbutts (2003). Além do mais, os resultados vão ao encontro das descobertas de Inyang (2013), que demonstram que as pequenas empresas são motivadas por influências internas e externas para realizar RSE.

Esta pesquisa apresenta argumentos que reforçam a hipótese 5 (O efeito das ações de RSE sobre a desigualdade social é moderado pelo tamanho da empresa), uma vez que as variáveis independentes compostas pelas ações de RSE relacionadas com a desigualdade social apresentam diferenças na capacidade de explicação da importância declarada pelas empresas quanto as dimensões de RSE (Econômica, Legal, Ética e Filantrópica).

Embora outros estudos apontem diferentes contribuições da RSE em contextos de PMEs comparados com grandes empresas, como propostos por Russo e Tencati (2009), Pierini et al. (2007) e Jamali et al. (2009), evidencia-se que mesmo entre micro, pequenas e médias empresas pode haver diferenças nas contribuições de RSE. Ainda, esta constatação contraria os preceitos de



Baumann-Pauly et al. (2012), os quais indicam que a implementação de ações de RSE não é influenciada diretamente pelo tamanho da empresa.

Contudo, esta pesquisa não apresenta evidências para a hipótese 6 (O efeito das ações de RSE sobre a desigualdade social é moderado pela experiência da empresa). A variável de controle Experiência da empresa não diverge da capacidade de explicação das ações de RSE para as variáveis dependentes dimensões Ética e Filantrópica, bem como das dimensões Econômica e Legal.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo geral avaliar os efeitos das ações de RSE, praticadas nas pequenas empresas, sobre a desigualdade social. Para tanto, este estudo propôs um modelo de pesquisa (Figura 4) no qual as dimensões da pirâmide de Carroll (1991) foram isoladas para verificar os efeitos das ações de RSE sobre a desigualdade social, bem como os efeitos do tamanho e da experiência das empresas sobre a desigualdade social.

No que tange a caracterização das empresas, observa-se que a maioria (60,6%) das empresas participantes deste estudo tem acima de 10 anos e grande parte delas classifica-se como microempresa (66,7%), ou seja, possui menos de 20 colaboradores. Nota-se ainda que a maioria das empresas (frequência superior a 90%) indicou o grau de importância 5, 6 ou 7 (respectivamente: Importante, Muito Importante e Extremamente Importante) para as dimensões de RSE do modelo de Carroll (1991) (Econômica, Legal, Ética e Filantrópica). A dimensão Legal foi considerada a mais importante pelas empresas.

Com relação às ações de RSE relacionadas à desigualdade social, destacam-se as mais frequentemente praticadas: D3 (Cria oportunidade de crescimento profissional para os colaboradores), D5 (Preocupa-se com as condições de vida dos colaboradores), D9 (Apoia projetos educacionais na comunidade), D10 (Incentiva os colaboradores a buscar o equilíbrio financeiro pessoal), D13 (Contrata pessoas independentemente do local em que esta residam), D14 (Incentiva os colaboradores a buscar a formação escolar independentemente da idade) e D21 (Incentiva os colaboradores a buscar formação complementar).

Evidenciam-se efeitos positivos das ações de RSE sobre a desigualdade social no que tange ao comportamento ético da empresa e a realização de ações filantrópicas. Estas constatações permitiram evidenciar que o comportamento ético das pequenas empresas impacta na redução da desigualdade social (Hipótese 3), bem como que a promoção de ações filantrópicas pela pequena empresa proporciona redução à desigualdade social (Hipótese 4).

No entanto, a responsabilidade econômica da empresa (Hipótese 1), bem como o cumprimento irrestrito a legislação (Hipótese 2) não apresentam evidência de que produzam efeitos sobre a desigualdade social.

Destaca-se ainda, como contribuição deste estudo, que os efeitos das ações de RSE sobre a desigualdade social podem ser moderados pelo tamanho da empresa, mesmo entre micro, pequenas e médias empresas (Hipótese 6). Contudo, a experiência da empresa não evidencia efeitos das ações de RSE sobre a desigualdade social.

De modo geral, conclui-se que as ações de RSE praticadas por pequenas empresas apresentam efeitos positivos sobre a desigualdade social quando relacionadas com as dimensões Ética e Filantrópica de RSE. No entanto, ao relacionar com as dimensões Econômica e Legal não há evidências de que estas ações apresentem efeitos positivos. Como contribuição teórica, evidenciou-se que esta análise não é suficiente para confirmar a utilização do modelo de Carroll (1991) para compreender a RSE no contexto das pequenas empresas.

Com base nessas análises, apresenta-se como sugestão para futuras pesquisas, a necessidade de realizar novos estudos no município para testar os resultados obtidos, bem como a investigação em outros contextos, a fim de testar o modelo de pesquisa. Outros estudos também podem ser realizados com amostras maiores e com a possibilidade de comparação entre os diferentes portes de



empresas, principalmente entre pequenas empresas e multinacionais. Cabe também uma análise mais aprofundada sobre a utilização do modelo teórico proposto por Carroll (1991) no contexto das pequenas empresas.

REFERÊNCIAS

- Baden, D., Harwood, I., & Woodward, D. (2011). The effects of procurement policies on downstream CSR activity: content analytic insights into the views and actions of SME owner-manager. *Journal of Small Business*, 29, 259-277.
- Barrett, P. T., & Kline, P. (1981). The observation to variable ratio in factor analysis. *Personality Study in Group Behavior*, 1, 23-33.
- Baumann-Pauly, D., Wickert, C., Spence, L., & Scherer, A. (2012). Organizing corporate social responsibility in small and large firms: size matters. *Journal of Small Business*.
- Carroll, A. (1991). The pyramid of corporate social responsibility: toward the moral management of corporate stakeholders. In: *Business Horizons*, 34, 39-48.
- Coppa M., & Sriramesh, K. (2013). Corporate social responsibility among SMEs in Italy. *Public Relations Review*, 39(1), 30-39.
- Dahrendorf, R. (1992). *O conflito social moderno: um ensaio sobre a política da liberdade*. São Paulo: Zahar.
- Darnall, N., Henriques, I., & Sadorsky, P. (2010). Adopting proactive environmental strategy: the influence of stake-holders and firm size. *Journal of Management Studies*, 47, 1072-1094.
- Demuijnck, G., & Ngnodjom, H. (2012). Responsibility and informal CSR in formal Cameroonian SMEs. *Journal of business ethics*, 112(4), 653-665.
- Díaz, L. M. (2007). Instituições do Estado e produção e reprodução da desigualdade na América Latina. In: A. D. Cimadamore, A. D. Cattani (Org.). *Produção de pobreza e desigualdade na América Latina*. Porto Alegre: Tomo Editorial/Clacso.
- Gonçalves, A., & Koprowski, S. O. (1995). *Pequena empresa no Brasil*. São Paulo: EDUSP.
- Hair, J. F., Babin, B., Money A.H., & Samouel, P. (2005). *Fundamentos de métodos de pesquisa em administração*. Porto Alegre: Bookman.
- Inyang, B. J. (2013). Defining the role engagement of small and medium-sized enterprises (SMEs) in corporate social responsibility (CSR). *International business research*, 6(5), 123.
- Jamali, D., Zanhour, M., & Keshishian, T. (2009). Peculiar strengths and relational attributes of SMEs in the context of CSR. *Journal of Business Ethics*, 87, 355-377.
- Jenkins, H. (2006). Small business champions for CSR. *Journal of Business Ethics*, 67, 241-256.
- Kliksberg, B. (2010). Os desafios éticos de um continente paradoxal. In: A. Sen, B. Kliksberg. (Org.). *As pessoas em primeiro lugar: a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado*. São Paulo: Companhia das Letras.
- MacCallum, R. C., Widaman, K. F., Zhang, S., & Hong, S. (1999). Psychological methods, *American Psychological Association*, 4(1), 84-99, Mar.
- Milani, C. (2003). Teorias do capital social e desenvolvimento local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil). In *Conferência Regional ISTR-LAC, 4*. São José. Costa Rica. Recuperado em 16 outubro, 2013, de <http://www.lasociedadcivil.org/docs/ciberteca/carlosmilanip.pdf>.



- Morelli, G. H. F. (1994). Micro e empresa de pequeno porte: a necessidade de prioridade na política econômica. *Série estudos e Pesquisas*. São Luís: Sebrae.
- Murillo, S. (2007). Produção de pobreza e construção de subjetividade. In: Cimadamore, A. D., Cattani, A. D. *Produção de pobreza e desigualdade na América Latina*. Porto Alegre: Tomo Editorial/Clasco.
- Murillo, D., & Lozano, J. (2006). SMEs and CSR: an approach to CSR in their own words. *Journal of Business Ethics*, 67, 227-240.
- Pastrana, N. A., & Sriramesh, K. (2014). Corporate social responsibility: perceptions and practices among SMEs in Colombia. *Public Relations Review*, 40(1), 14-24.
- Perrini, F. (2006). SMEs and CSR theory: evidence and implications from an Italian perspective. *Journal of Business Ethics*, 67, 305-316.
- Perrini, F., Russo, A., & Tencati, A. (2007). CSR strategies of SMEs and large firms. Evidence from Italy. *Journal of Business Ethics*, 74, 285-300.
- Preuss, L., & Perschke, J. (2010). Slipstreaming the larger boats: social responsibility in medium-sized firms. *Journal of Business Ethics*, 92, 531-551.
- Rousseau, J.J. (2010). *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. São Paulo: Martin Claret.
- Russo, A., & Perrini, F. (2010). Investigating stakeholder theory and social capital; CSR in large firms and SMEs. *Journal of Business Ethics*, 91, 207-221.
- Russo, A., & Tencati, A. (2009). Formal Vs informal CSR strategies: evidence from Italian micro, small, medium-sized and large firms. *Journal of Business Ethics*, 85, 339-353.
- Sarbutts, N. (2003). Can SMEs do CSR? A practitioners view of the ways SMEs are able to manage reputation through CSR. *Journal of Commun Management*, 7, 340-347.
- Schumpeter, J. A. (1961) *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura.
- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresa (2013). *Critérios de Classificação de Empresas: EI – ME – EPP*. Recuperado em 14 março, 2013, de <http://www.sebrae-sc.com.br/leis/default.asp?vcdtexto=4154>.
- Sen, A. (2001) *Desigualdade reexaminada*. Rio de Janeiro: Record.
- Sen, A. (2010). Temas-chave do século XXI. In SEN, A., Kliksberg, B. (Org.) *As pessoas em primeiro lugar: a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Sorj, B. (2004) *A democracia inesperada: cidadania, direitos humanos e desigualdade social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Vázquez-Carrasco, R., & López-Pérez, M. E. (2013). Small & medium-sized enterprises and Corporate Social Responsibility: a systematic review of the literature. *Journal of Business Ethics*, 47(6), 3205-3218.
- Wolins, L. (1995) A Monte Carlo study of constrained factor analysis using maximum likelihood and unweighted least squares. *Educational and Psychological Measurement*, 55, 545-557.

Recebido em: 18/10/2014

Publicado em: 19/12/2014